



**SENAR**  
SISTEMA FAMASUL | MS

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**2012**

Campo Grande/MS

Maio/2013

***Eduardo Correa Riedel***

*Presidente do Conselho Administrativo*

***Clodoaldo Martins de Oliveira Junior***

*Superintendente*

***Amélia Nonato***

*Gestão Administrativa e Financeira*

***Harduin Reichel***

*Gestão Técnica*

***Maria do Rosário de Almeida***

*Gestão de Educação Profissional*

*SENAR-AR/MS*

*Rua Marcino dos Santos, 401 – Cachoeira II*

*Telefone: (67) 3320-6999*

*Fax: (67) 3320-6998*

*CEP 79040-902*

*Campo Grande – MS*

**Sumário**

APRESENTAÇÃO.....	7
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.....	8
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada .....	8
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	8
<i>Quadro A.1. 1. Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual</i> .....	8
1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade.....	9
<i>Tabela 1 - Demonstrativo das metas iniciais e reprogramadas de FPR e PS em 2012, o alcance e o percentual em relação à meta reprogramada.</i> .....	10
1.3 Organograma funcional .....	12
<i>Tabela 2. Área, atribuições, macroprocessos e produtos de cada posição no organograma.</i> .....	13
1.4 Macroprocessos finalísticos .....	14
1.5 Macroprocessos de apoio .....	15
<i>Tabela 3. Área, atribuições e produtos dos macroprocessos apoio.</i> .....	15
<i>Tabela 4. Informações sobre a condução dos macroprocessos.</i> .....	16
1.6 Principais parceiros .....	17
<i>Tabela 5. Parceiros e forma de atuação</i> .....	17
2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 .....	17
2.1 Planejamento das ações da Unidade Jurisdicionada.....	17
2.2 Estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos .....	19
2.3 Execução do plano de metas ou de ações .....	19
2.4 Indicadores .....	20
2.4.1 Indicadores Institucionais.....	20
2.4.1.1 Indicadores de eficácia .....	20
2.4.1.1.1 Número de eventos por ano .....	20
2.4.1.1.2 Número de participantes por ano.....	21
2.4.1.2 Indicadores de eficiência .....	21
2.4.1.2.1 Participantes/eventos/ano .....	21
2.4.1.2.2 Índice de aprovação.....	22
2.4.1.3 Indicadores de Economicidade.....	22
2.4.1.3.1 Recursos x Participantes FPR.....	23

2.4.1.3.2 Recursos x Eventos FPR.....	23
2.4.1.3.3 Recursos x Participantes PS.....	24
2.4.1.3.4 Recursos x Eventos PS.....	25
PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012. ....	25
3.1 Estrutura de Governança .....	25
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	27
3.3 Remuneração para a administradores.....	30
3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal .....	30
3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos .....	32
<i>Quadro A.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.....</i>	<i>32</i>
3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos .....	34
<i>Quadro A.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores.....</i>	<i>34</i>
3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores.....	35
<i>Quadro A.3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores .....</i>	<i>35</i>
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012. ....	35
4.1 Informações sobre programas de responsabilidade da UJ .....	35
4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	35
<i>Quadro A.4.4a – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ .....</i>	<i>35</i>
<i>Quadro A.4.4b – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ .....</i>	<i>36</i>
4.2 Execução Orçamentária da Despesa .....	37
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	37
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários .....	37
4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários .....	37
<i>Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários. ....</i>	<i>37</i>
<i>Quadro A.4.13. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - créditos originários.....</i>	<i>38</i>
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 18/01/2012.....	39
5.3 Transferências de recursos .....	39
5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício .....	39
<i>Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência</i>	<i>39</i>

5.3.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios .....	41
<i>Quadro A.5.4– Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios .....</i>	<i>41</i>
5.3.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2013 e seguintes.....	41
<i>Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 .....</i>	<i>41</i>
<i>e exercícios seguintes.....</i>	<i>41</i>
5.3.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse.....	42
<i>Quadro A.5.6 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse .....</i>	<i>42</i>
6. Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU Nº 119, de 18/01/2012. ....	42
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos .....	42
6.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada .....	42
<i>Quadro A.6.1 – Força de trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2012 .....</i>	<i>42</i>
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho .....	43
<i>Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ.....</i>	<i>43</i>
6.1.2.1 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade .....	43
<i>Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária. ....</i>	<i>43</i>
6.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade .....	44
<i>Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade.....</i>	<i>44</i>
6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada .....	45
<i>Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores .....</i>	<i>45</i>
6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos .....	46
6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários .....	46
6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão .....	46
<i>Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra .....</i>	<i>46</i>
6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários .....	47
<i>Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários.....</i>	<i>47</i>
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012. ....	47
9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	47
<i>Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....</i>	<i>47</i>
10. Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 119, de 18/01/2012. ....	48
10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna .....	48
10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93 .....	49

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	49
<i>Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR. ....</i>	<i>49</i>
11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.....	50
11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público .....	50
11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos .....	50
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	51
11.2.1 Declaração Plena .....	51
<i>Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada .....</i>	<i>51</i>
11.6 Parecer da Auditoria Independente .....	52
Anexo: Peças contábeis – 2012.....	53

## **APRESENTAÇÃO**

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul (SENAR-AR/MS) encerrou o ano de 2012 apurando recorde de pessoas atendidas nas ações de Formação Profissional Rural (FPR), Promoção Social (PS) e Programas e Projetos Especiais (PE), mediante a capacitação de quase 39 mil pessoas.

Na área de Formação Profissional Rural, que tem por objetivo aperfeiçoar o desempenho dos trabalhadores rurais, foram capacitadas mais de 17 mil pessoas. Os cursos mais demandados foram o “NR 31 para Trabalhadores com Agrotóxicos”, com 145 turmas, e “Fabricação Caseira dos Derivados de Leite”, com 74 turmas. No âmbito da Promoção Social, cujo objetivo é proporcionar a mudança de comportamento social das famílias rurais, os eventos envolveram mais de 7 mil pessoas, sendo os cursos de maior realização o “Preparo Artesanal de Produtos de Limpeza” (98 turmas) e o “Produção Caseira de Pães, Bolos, Biscoitos e Salgados”, com 90 turmas.

O ano de 2012 também foi marcado pela atuação do SENAR-AR/MS no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC. Foram realizadas 16 turmas, em cinco municípios, resultando na capacitação de 243 pessoas em cursos como “Bovinocultura de Corte” e “Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas”. Também se manteve a atuação do órgão em programas de cunho social: os programas “Inclusão Digital Rural”, “Pingo D’água” (atendimento odontológico) e “Programa Útero é Vida” beneficiaram mais de 7,4 mil pessoas.

O ano de 2012 foi repleto de grandes realizações e também marcado pela mudança na direção da instituição. Em agosto de 2012, o Sr. Eduardo Correa Riedel assumiu a presidência do Conselho Administrativo do Senar AR/MS em substituição ao Sr. Ademar da Silva Júnior. Nas páginas seguintes, detalharemos a atuação do SENAR em Mato Grosso do Sul.

**1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.**

**1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada**

**1.1.1 Relatório de Gestão Individual**

*Quadro A.1. 1. Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual*

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>	
<b>Poder:</b> Poder Executivo	
<b>Órgão de vinculação:</b> Ministério do Trabalho e Emprego (PE-MTE)	<b>Código SIORG:</b> 2844
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação completa</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul
<b>Denominação abreviada</b>	SENAR-AR/MS
<b>Código SIORG</b>	Não se aplica
<b>Código na LOA</b>	Não se aplica
<b>Código SIAFI</b>	389038 – SENAR- Administração Regional do MS
<b>Situação</b>	Ativa
<b>Natureza Jurídica</b>	Órgãos e entidades que arrecadam ou gerenciam contribuições parafiscais
<b>CNPJ</b>	04.253.881/0001-03
<b>Principal atividade</b>	Outras Atividades de Ensino – Não Especificadas Anteriormente
<b>Código CNAE</b>	85.99-6-99
<b>Telefones/Fax de contato</b>	(67) 3320-6999      Fax: (67) 3320-6998
<b>Endereço eletrônico</b>	<a href="mailto:senar@senarms.org.br">senar@senarms.org.br</a>
<b>Página na internet</b>	<a href="http://www.senarms.org.br">http://www.senarms.org.br</a>
<b>Endereço postal</b>	Rua Marcino dos Santos, 401 - Bairro Cachoeira II CEP 79040-902, Campo Grande, MS
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>	
Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, publicado no DOU em 24/12/1991 – “É criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, com o objetivo de organizar, administrar e executar em todo o Território Nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob a forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores rurais”.	
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>	
Não se aplica	
<b>Manuais e publicações relacionadas à gestão da Unidade Jurisdicionada</b>	
Não se aplica	
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
Não se aplica	Não se aplica
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
Não se aplica	Não se aplica
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da unidade gestora</b>	<b>Código SIAFI da gestão</b>
Não se aplica	Não se aplica

## **1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade**

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural foi criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, publicado no DOU em 24/12/1991, na qual se pode ler em seu texto: *“É criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, com o objetivo de organizar, administrar e executar em todo o Território Nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob a forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores rurais”*.

Conforme sua competência definida em lei, as ações do SENAR – AR/MS se enquadram na modalidade de Formação Profissional Rural e Promoção Social. Alguns Programas e Projetos são citados como Programas e Projetos Especiais – PPE, entretanto, eles estão enquadrados em ações de Formação Profissional Rural - FPR ou de Promoção Social-PS, apenas diferindo quanto ao formato, não sendo realizados como um “curso tradicional”, pois acontecem em forma de palestras, seminários e até mesmo por meio de atendimentos individualizados, como nos programas Pingo D’água e Útero é Vida, que oferecem atendimento odontológico e prevenção ao câncer do colo do útero, respectivamente.

No que diz respeito aos objetivos estratégicos, anualmente no mês de agosto recebe-se as demandas de capacitação por parte dos parceiros. Os principais são os Sindicatos Rurais Patronais, Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI e União dos Pantaneiros da Nhecolândia - UNIPAN. Estes identificam junto às comunidades rurais que representam quais as necessidades de capacitação. Com base nestas demandas é elaborado o Pano Anual de Trabalho – PAT. Neste plano se define as metas a serem alcançadas no ano seguinte.

Também em agosto do ano corrente, com base no desempenho do primeiro semestre é feita a Reprogramação do Plano Anual de Trabalho do ano. Na reprogramação leva-se em conta se os parceiros conseguiram confirmar as demandas de qualificação ou se houveram demandas além das previstas. Neste momento é realizada uma revisão nas metas e realizado ajustes quando necessário. Na Tabela 1 está o demonstrativo resumido do PAT com as metas iniciais e reprogramadas de FPR e PS para 2012 e os resultados alcançados.

Tabela 1 - Demonstrativo das metas iniciais e reprogramadas de FPR e PS em 2012, o alcance e o percentual em relação à meta reprogramada.

ESPECIFICAÇÃO		PROGRAMADO (Nº)		REALIZADO	ALCANCE
		PAT INICIAL	PAT REPROGR.	(Nº)	(%)
FPR	Turmas	1.686	1.667	1.716	103
	Participantes	20.222	24.637	26.245	107
PS	Turmas	514	533	592	111
	Participantes	9.324	10.504	12.684	121

Considerando a Formação Profissional Rural - FPR, havia uma previsão inicial de 1.686 turmas. Na reprogramação esta meta foi revista para 1.667. Ao finalizar o ano, obteve-se 1.716 turmas, representando 3%, além da meta reformulada.

Quanto ao número de participantes, diferentemente do que ocorreu com as turmas, houve um aumento na meta reprogramada de 20.222 para 24.637, finalizando em 26.245, ou seja, com 7% acima da meta. Isso ocorreu porque se observou um maior número de alunos por turma em relação ao ano anterior, na forma como está demonstrada no item “Indicadores”, o que contribuiu para o aumento da projeção do número de participantes.

Com as turmas de Promoção Social, verificou-se um aumento da meta inicial de 514 para 533, e ao final do ano obteve-se 592 turmas, obtendo-se um índice de realização de 11% acima da média reformulada. Para o total de participantes, na reformulação aumentou-se a meta de 9.324 para 10.504, e ao final do ano obteve-se 12.684 que representa 21% acima da meta reformulada.

Em 2012, houve ações de vários programas e projetos, que como dito anteriormente são ações de FPR e PS citadas como Programas e Projetos Especiais. Inicialmente destaca-se o Workshop Mais Floresta, que realizou palestras sobre o cultivo florestal em nove municípios contando com um público de 1.164 pessoas. O Workshop Pro Ovinos apresentou a viabilidade da produção de ovinos e as oportunidades de mercado para esta atividade. Foi realizado em sete municípios e contou com 1.059 expectadores. O Workshop Mais Leite foi realizado em 4 municípios e levou 549 pessoas a conhecer os critérios de qualidade do leite e as potencialidades de mercado da atividade leiteira. Em 16 municípios das regiões norte e nordeste de Mato Grosso

do Sul foram realizadas as palestras do Workshop Mais Pastagem. Nestas palestras, técnicos debatiam com produtores rurais sobre as técnicas de reforma e recuperação de pastagem e a importância desta para evitar a degradação dos solos, notadamente os arenosos dos municípios onde foram realizados estes workshops.

A sucessão familiar na propriedade rural é um dos grandes desafios para produtores rurais e seus filhos. Por meio do Programa Transformando Herdeiros em Sócios, tem sido possível apresentar os caminhos para sucessão familiar e os aspectos legais que envolvem esta transição, permitindo ao participante pensar no presente e envolver a família nas decisões sobre este tema. Foi realizado um curso que contou com a participação de 14 pessoas.

Na área de empreendedorismo, destaca-se inicialmente o Programa Negócio Certo Rural. Este programa tem como objetivo contribuir para a melhoria da gestão da propriedade rural por meio da capacitação, tendo como foco principal o empreendedorismo, visando o fortalecimento do agronegócio brasileiro. É um programa de abrangência nacional executado em parceria com o SEBRAE. Em Mato Grosso do Sul foram realizadas 10 turmas com total de 211 alunos. Neste ano também foi realizado um diagnóstico na propriedade de 133 alunos que concluíram o programa no ano anterior. Ainda na área de empreendedorismo, entretanto voltado para o público feminino, realizou-se o Programa Com Licença Vou a Luta, cuja finalidade foi difundir conteúdos de gestão a mulheres proprietárias rurais, e que estas a partir do momento que receberam este conhecimento busquem o aprimoramento nas atividades e no alcance de resultados econômicos almejados pela propriedade rural. Em 2012 foram capacitadas mulheres em 6 municípios totalizando 6 turmas que contaram com a participação de 95 mulheres.

O Projeto Pingo D'água levou atendimento odontológico a trabalhadores rurais e suas famílias através de um consultório montado sobre um ônibus e atendeu 4.572 pessoas em 10 municípios. Frequentemente vários pacientes rurais relatam que esta é única forma de acesso a atendimento odontológico que eles tem tido acesso, evidenciando assim o forte aspecto social deste projeto.

Outro programa que trabalha com uma unidade móvel para atendimento do público rural é o Útero é Vida. Em 2012 o Programa atendeu 918 mulheres em 9 municípios do Estado. Na unidade móvel as mulheres são atendidas por profissionais da área de saúde, que fazem a coleta de material para realização de exame de câncer do colo do útero. Também são realizadas palestras sobre higiene e saúde. Semelhantemente ao Projeto Pingo D'água, para muitas

mulheres rurais, esta é a primeira – às vezes a única – oportunidade que elas têm de ter acesso a este tipo de exame.

Outro programa de grande abrangência é aquele denominado “Inclusão Digital Rural”, que objetiva apresentar o computador ao homem rural e ensinar a ele os recursos básicos de programas de texto, cálculo e internet. Em 2012, foram capacitadas 1.985 pessoas, que receberam orientações em salas de informática montadas nos Sindicatos Rurais ou em uma Unidade Móvel, dotada de toda a estrutura de uma sala de treinamento.

Por fim, ainda em 2012, foram realizados quatro grandes encontros: “Seminário de Logística, Infraestrutura e Agronegócio”, “Seminário de Agricultura de Precisão”, “Seminário MS Agro” e o “15º Encontro Técnico do Leite”. Estes quatro eventos contaram com mais de 1.700 pessoas e tiveram a finalidade de discutir temas muito específicos do meio rural.

A principal dificuldade em cumprir a risca as metas iniciais está na dinâmica de realização das ações. Como dito anteriormente, são os parceiros que solicitam os cursos em função de uma demanda identificada a campo. Também cabe ao parceiro organizar a turma que vai receber o curso e/ou ação. Se este parceiro, por algum tipo de problema não consegue organizar o curso, este deixa de ser realizado. Entretanto, na reprogramação, há a opção de realocar cursos de parceiros que não cumpriram sua programação para outros que geraram novas demandas. Estas reacomodações são ajustadas pela reprogramação do Plano Anual de Trabalho - PAT.

### **1.3 Organograma funcional**

O diagrama abaixo reflete o organograma funcional da entidade, subdividindo a presidência e a superintendência do órgão, assim como as unidades pelas quais o mesmo é composto.

Importante salientar que em 17 de agosto de 2012, o Sr. Eduardo Correa Riedel assumiu a Presidência do Conselho Administrativo do SENAR AR/MS em substituição ao Sr. Ademar da Silva Júnior.



Na Tabela 2, adiante, estão relatadas as áreas, atribuições, macroprocessos e produtos resultantes das diversas estruturas do organograma funcional.

*Tabela 2. Área, atribuições, macroprocessos e produtos de cada posição no organograma.*

ATRIBUIÇÕES	MACRO PROCESSOS	PRODUTOS
<b>PRESIDÊNCIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO</b>		
Aprovar planejamento das ações da instituição	Não possui	Não possui
<b>SUPERINTENDÊNCIA</b>		
Execução das ações da instituição	Não possui	Não possui
<b>GEAF - GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA</b>		
Almoxarifado, arrecadação, compras, contabilidade, financeiro, departamento de pessoal, TI, serviços gerais.	Compras	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licitações e tomadas de preços;</li> <li>• Compras de materiais de uso e consumo para a administração geral;</li> <li>• Compras de materiais para os cursos;</li> <li>• Contratações de fornecedores, instrutores e colaboradores.</li> </ul>
	Financeiro/Contábil	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pagamentos a fornecedores e de pessoal;</li> <li>• Pagamentos a instrutores;</li> <li>• Fluxos de caixa e projeções financeiras;</li> <li>• Controles internos;</li> <li>• Contabilidade e elaboração de demonstrações contábeis;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dados e estatísticas econômico-financeiras e gerenciais.</li> </ul>
	Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processos seletivos;</li> <li>• Controle de pessoal e folhas de pagamento;</li> <li>• Políticas internas de recursos humanos;</li> <li>• Gestão de cargos e salários.</li> </ul>
	Arrecadação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento da arrecadação do Sistema “S”;</li> <li>• Ações de cobrança.</li> </ul>
	Tecnologia da Informação e Informática	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segurança de dados;</li> <li>• Controle e manutenção de hardwares e softwares;</li> <li>• Administração de redes locais;</li> <li>• Manutenção de equipamentos.</li> </ul>
	Administração Geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Almoxarifado;</li> <li>• Manutenção predial e de bens e equipamentos;</li> <li>• Serviços gerais e expedição;</li> <li>• Secretaria.</li> </ul>
<b>GETEC – GESTÃO TÉCNICA</b>		
Proposição de novos projetos, Planejamento Estratégico, Relatórios Quadrimestrais, Relatório de Atividades.	Não possui	Não possui
<b>GEP – GESTÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>		
Organizar e executar a Formação Profissional Rural e a Promoção Social	Execução da Formação Profissional Rural e da Promoção Social	Realização das ações de FPR e PS

#### **1.4 Macroprocessos finalísticos**

Os macroprocessos finalísticos do SENAR-AR/MS são aqueles abaixo descritos:

- Educação profissional e técnica continuada voltada ao setor rural;
- Organizar e executar a Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS) aos trabalhadores, famílias e prestadores serviços situados no meio rural.

A execução da Formação Profissional Rural e da Promoção Social é fundamentalmente o macroprocesso finalístico do SENAR AR/MS. Ele é desempenhado pela Gestão de Educação Profissional e chega ao público final por meio de parcerias, como relatado anteriormente, cabendo ao SENAR custear as despesas de deslocamento, diárias e honorários do instrutor, material didático e de apoio. Também disponibiliza para o parceiro um valor para ser utilizado na organização de cada turma, bem como para fornecimento de alimentação durante a realização das ações de FPR e PS.

Procurou-se atender as solicitações de capacitação de mão de obra rural advinda dos parceiros, entretanto, como já relatado, nem todos cumpriram a risca suas metas. Mesmo assim houve remanejamento dos recursos e realocação de cursos, fechando ao final de ano com a superação da meta reformulada.

### 1.5 Macroprocessos de apoio

Na Tabela 3 estão relatadas as áreas, atribuições e produtos dos macroprocessos de apoio.

*Tabela 3. Área, atribuições e produtos dos macroprocessos apoio.*

ÁREA	ATRIBUIÇÕES	MACROPROCESSOS DE APOIO
<b>Conselho Fiscal</b>	Fiscalizar as ações estratégicas, administrativas e financeiras adotadas pelo Órgão	<ul style="list-style-type: none"><li>• Realizar inspeções e exames a documentos contratuais, fiscais, financeiros e contábeis;</li><li>• Emitir pareceres acerca da posição patrimonial, financeira e econômica da Entidade;</li><li>• Ser consultado e emitir opiniões específicas quanto a estratégias a serem adotadas pela Administração.</li></ul>
<b>Setor Jurídico</b>	Dar apoio jurídico às ações administrativas e estratégicas da Entidade	<ul style="list-style-type: none"><li>• Analisar as grandes demandas jurídicas e judiciais pelas quais o órgão esteja envolvido;</li><li>• Analisar os contratos e instrumentos jurídicos em geral;</li><li>• Municar a Administração geral e o Conselho Fiscal de fundamentos jurídicos que sustentem as ações tomadas pelo órgão.</li></ul>

<b>Auditoria Externa</b>	Emitir opinião sobre a situação patrimonial e financeira da Entidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Examinar as peças contábeis elaboradas sob a responsabilidade da Administração e expressar sua opinião sobre as mesmas;</li> <li>• Avaliar a adequação dos controles e procedimentos internos;</li> <li>• Examinar demandas e situações específicas sempre que solicitadas pela Administração do Órgão.</li> </ul>
<b>Assessoria de Comunicação</b>	Apoiar a Entidade em questões relacionadas à mídia e comunicação social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agendamento e acompanhamento de entrevistas;</li> <li>• Emissão de notas para imprensa;</li> <li>• Elaboração de releases;</li> <li>• Clipagem de notícias.</li> </ul>

### 1.5.1 Informações sobre a condução dos macroprocessos de apoio durante o exercício de referência

Os macroprocessos de apoio essenciais ao funcionamento da UJ são aqueles abaixo identificados, os quais foram assim conduzidos em 2012:

*Tabela 4. Informações sobre a condução dos macroprocessos.*

<b>Conselho Fiscal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniu-se em três sessões durante o ano de 2012, em sessões quadrimestrais, tendo por objetivo examinar documentos contábeis, contratos e pagamentos, bem como analisar a prestação de contas quadrimestral apresentada pela Unidade Administrativa Financeira, além de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários.</li> <li>• Como resultado de suas ações, foram emitidos pareceres sobre as demonstrações contábeis quadrimestrais e a do exercício social.</li> </ul>
<b>Setor Jurídico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituído por advogados externos, contratados em caráter permanente, atua mediante a emissão de pareceres sobre os processos licitatórios e de tomada de preços, bem como sobre demandas e consultas realizadas pelos gestores da UJ, sempre que requisitadas.</li> </ul>
<b>Auditoria Externa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizou quadrimestralmente o exame das demonstrações contábeis e procedeu à avaliação dos riscos das operações e dos atos praticados pela administração.</li> <li>• De forma frequente, durante o exercício de 2012, atuou na recomendação das modificações e adequações de controles internos realizados pela administração da entidade, tendo realizado o acompanhamento de todos os procedimentos que suportaram essas atividades.</li> <li>• Além disso, intercedeu, de forma bastante significativa, na melhoria do controle operacional, atestando e recomendando novos procedimentos.</li> </ul>

<b>Assessoria de Comunicação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A atuação da assessoria de imprensa da UJ é relativamente restrita, dada a reduzida demanda requerida pela entidade nas questões educacionais.</li> <li>• A demanda da assessoria de comunicação é muito mais ativa na Federação, também presidida pelo Presidente do Conselho de Administração do SENAR-AR/MS.</li> </ul>
----------------------------------	---

### 1.6 Principais parceiros

Na Tabela 5 estão relatados os parceiros e sua forma de atuação.

*Tabela 5. Parceiros e forma de atuação*

<b>PARCEIRO</b>	<b>ATUAÇÃO</b>
<b>Sindicatos Rurais Patronais de MS</b>	Atuam como “agencias” do Senar nos diversos municípios de Mato Grosso do Sul. Identificam as demandas de treinamentos para o ano seguinte e informam ao Senar para composição das metas do PAT. Quando da realização do treinamento, ficam responsáveis pela organização das turmas, dos locais de curso e suporte ao instrutor. Para cada curso (evento), o Senar também repassa ao um valor como apoio, a ser utilizado com combustível e para despesas de alimentação durante o treinamento.
<b>Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI</b>	
<b>União dos Pantaneiros da Nhecolândia – UNIPAN</b>	Possui atuação semelhante aos demais parceiros, entretanto com foco nos municípios pantaneiros. Não recebe apoio financeiro na realização dos cursos/treinamentos.

## 2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

### 2.1 Planejamento das ações da Unidade Jurisdicionada

Em consonância com sua Competência Institucional, o SENAR AR/MS tem como objetivo organizar, administrar e executar em todo o Território Nacional o ensino da Formação Profissional Rural e a Promoção Social do trabalhador rural.

Para chegar a este objetivo institucional, estabeleceram-se objetivos estratégicos, definindo-se como missão promover a educação, a informação e o conhecimento em agronegócio, à comunidade rural de Mato Grosso do Sul, com inovação e competência contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Sua visão é ser uma instituição de referência em educação profissional para a comunidade rural, que promova o empreendedorismo por meio da inovação do conhecimento e de tecnologias, atendendo as necessidades dos diversos setores do agronegócio de MS. Os princípios e valores da instituição, que permitem a efetiva concretização de sua visão e missão são:

- ✓ **Tradição** - preservar valores para sustentar o futuro.
- ✓ **Liderança** - conduzir o setor a resultados positivos com conhecimento, competência e consistência.
- ✓ **Ética** - trabalhar com transparência, respeito e lealdade.
- ✓ **Comprometimento** - acreditar no agronegócio com profissionalismo e parceria.
- ✓ **Valorização dos Recursos Humanos** - desenvolver colaboradores para prestar serviços com profissionalismo, eficiência e cortesia.
- ✓ **Conhecimento, Inovação e Tecnologia** - buscar conhecimento e inovação tecnológica para ser competitivo no mercado global.
- ✓ **Responsabilidade Social e Ambiental** - atingir o equilíbrio socioambiental para preservação da vida.
- ✓ **Lucro e Resultado para o Produtor Rural** - buscar o lucro como ferramenta para o desenvolvimento sustentável.

O desempenho do SENAR AR/MS como instituição educacional está alicerçado em duas grandes áreas: a Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS), conforme está definido em seu objetivo de criação legal.

A **Formação Profissional Rural (FPR)** tem por objetivo aperfeiçoar o desempenho dos trabalhadores rurais, profissionalizando-os e incentivando-os à busca da qualidade total dos bens e serviços sob sua responsabilidade, com reflexos positivos em suas condições de vida e no fortalecimento de sua cidadania, pela realização de ações de Formação Profissional Rural (educação).

A **Promoção Social (PS)** objetiva proporcionar a mudança de comportamento social das famílias rurais, com base no processo de desenvolvimento em que estejam inseridas, pela execução de atividades de Promoção Social (educação).

Como relatado anteriormente, para ambas as modalidades superou-se as metas previstas na reformulação do Plano Anual de Trabalho – PAT. Não houve grandes dificuldades ao longo do ano, entretanto, notadamente a dependência dos parceiros para realização das ações é um fator de reflexão, pois alguns, por problemas operacionais não conseguem cumprir as demandas de capacitação solicitadas no ano anterior, o que poderia impactar nas metas gerais

desta regional. Para evitar que seja realizado um numero menor de capacitação além do previsto, é realizado um remanejamento entre os parceiros, de modo que novas demandas de alguns podem ser atendidas mediante a desistência de outros.

## **2.2 Estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos**

A atuação do SENAR-AR/MS tem sido operacionalizada em cada município de Mato Grosso do Sul mediante parcerias como os Sindicatos Rurais Patronais e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI. Estes e outros parceiros identificam junto ao público rural quais as demandas de qualificação. O somatório das demandas de qualificação constitui o Plano Anual de Trabalho – PAT da instituição para o ano seguinte. Não realização das ações os parceiros, organizam as turmas e disponibilizam os recursos físicos necessários. Isso favorecendo a capilaridade da instituição e o alcance das suas ações no meio rural, pois estes parceiros possuem ação em praticamente todos os municípios do estado.

Os cursos ministrados têm abrangido diversas linhas de ação, contemplando desde os públicos que demandam capacitações em temas tecnificados, como nas regiões agrícolas de Dourados, Maracaju, Chapadão do Sul e São Gabriel do Oeste chegando até agricultores familiares, assentados e indígenas da região sul do Estado, que frequentemente demandam cursos básicos, objetivando melhorar sua produção, que muitas vezes está ligada a subsistência.

Esta pluralidade de demandas é reflexo das dimensões territoriais significativas do Estado do Mato Grosso do Sul, que conta com uma infinidade de atividades produtivas e diversos perfis de produtores e trabalhadores rurais.

Desta forma, o SENAR-AR/MS tem procurado ocupar seu espaço como instituição educacional atenta às conjunturas político-econômicas do estado, sensível às necessidades de mudanças e consciente de seu papel transformador mediante a capacitação da comunidade rural.

## **2.3 Execução do plano de metas ou de ações**

Como relatado anteriormente, o SENAR AR/MS tem realizado suas ações por meio de parceiros. Estes são responsáveis pelas demandas e também pelo apoio na realização das ações. Esta modalidade de parceria vem acontecendo frequentemente ao longo dos anos e tem permitido o alcance das metas da unidade.

Visando aumentar a capilaridade das ações, em 2012 começou-se os contatos com prefeituras municipais, para que estas também pudessem demandar cursos da instituição, entretanto até o fechamento do ano ainda não havia sido formalizada novas parcerias.

## **2.4 Indicadores**

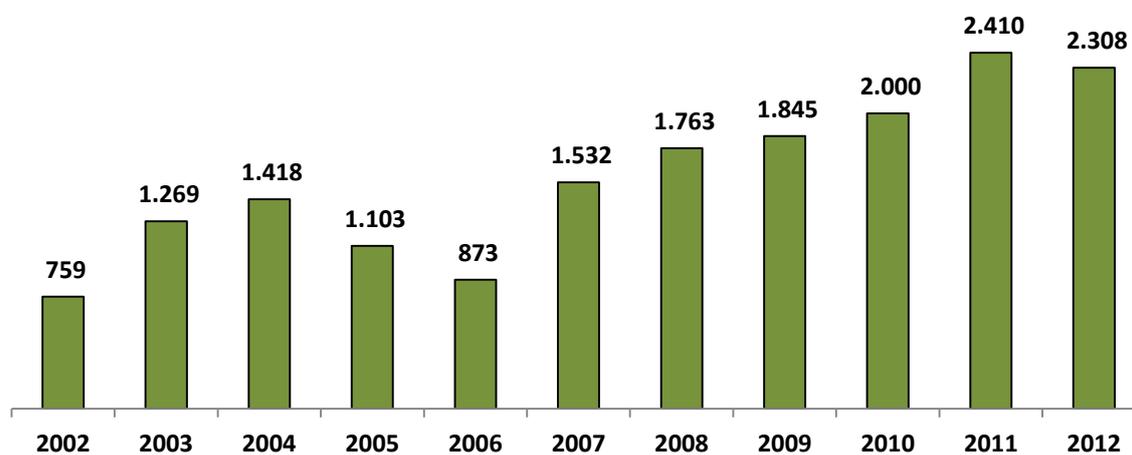
### **2.4.1 Indicadores Institucionais**

Na descrição dos indicadores usaremos o termo “evento” para designar cada uma das ações desenvolvidas pela instituição, ou seja, cursos, capacitações, palestras ou workshops. Usaremos o termo “participante” para identificar cada indivíduo que participou dos eventos.

#### **2.4.1.1 Indicadores de eficácia**

##### **2.4.1.1.1 Número de eventos por ano**

O número de eventos de Formação Profissional Rural (FPR), Promoção Social (PS) e Projetos Especiais (PE) variou ao longo dos anos. Considerando o período de 2002 a 2012, observa-se que os anos com menos eventos foram 2002, 2005 e 2006, e por outro lado nos últimos cinco anos, o número de eventos realizados foi crescente a cada ano, chegando a 2.410 eventos em 2011. Em 2012 finalizou-se o ano com 2.308 eventos realizados (Figura 1). Mesmo inferior a 2011, o total é superior àqueles apresentados até 2010.



*Figura 1. Total de eventos de Formação Profissional Rural (FPR), Promoção Social (PS) e Projetos Especiais (PE) realizados no período de 2002 a 2012.*

O número crescente de eventos nos últimos anos demonstra o empenho da atual gestão do SENAR AR/MS em atender a maior quantidade possível de demandas por capacitação,

procurando exercer a bom termo o papel social desta instituição, levando conhecimento e qualificação ao trabalhador rural.

#### **2.4.1.1.2 Número de participantes por ano**

No ano de 2012 houve 38.929 pessoas que participaram dos eventos promovidos pelo SENAR AR/MS (Figura 2). O total representou o atendimento de 2.381 pessoas a mais quem 2011. Mesmo com um número menor de eventos, houve um maior número de participantes por evento, favorecendo assim o aumento do total de participantes (Figura 3).

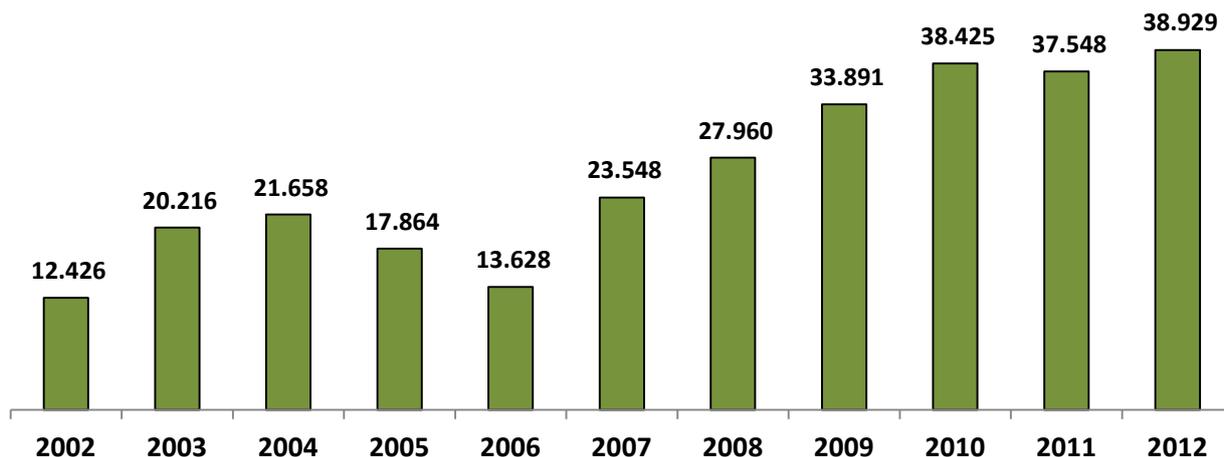


Figura 2. Total de participantes em eventos de Formação Profissional Rural (FPR), Promoção Social (PS) e Projetos Especiais (PE) no período de 2002 a 2012.

#### **2.4.1.2 Indicadores de eficiência**

##### **2.4.1.2.1 Participantes/eventos/ano**

A partir do número de eventos e do total de participantes foi possível determinar o número médio de participantes por evento. De 2002 a 2012 a menor média encontrada foi 15,3 (2004) e a maior 19,2 (2010) participantes/evento. Neste último ano foi obtida a média de 17,3 participantes por evento (Figura 3).

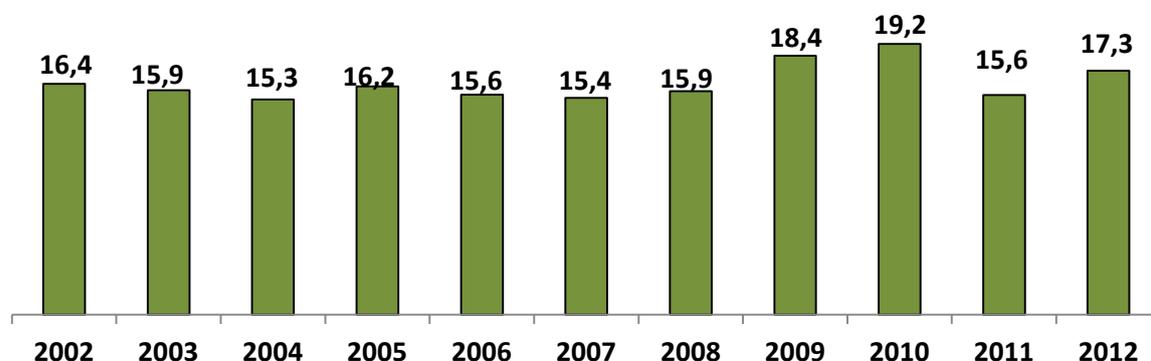
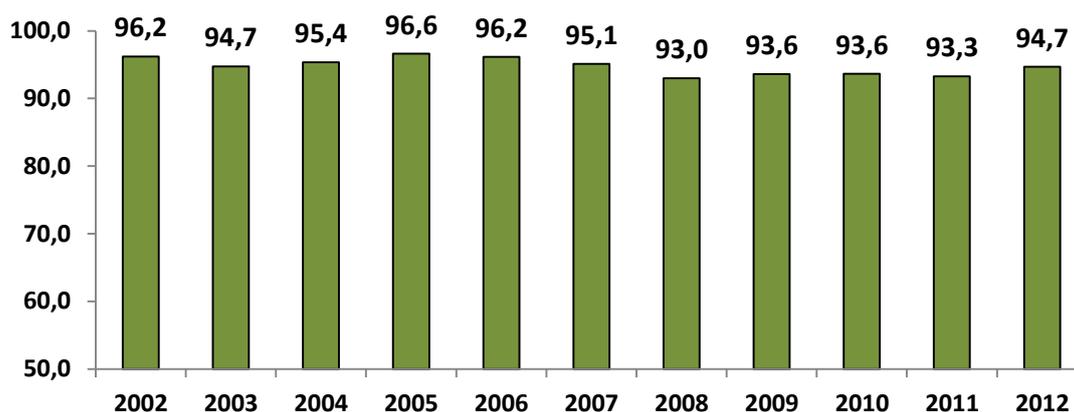


Figura 3. Média de participantes em eventos Formação Profissional Rural (FPR), Promoção Social (PS) e Projetos Especiais (PE) no período de 2002 a 2012.

### 2.4.1.2.2 Índice de aprovação

Na figura 4 está expresso o índice médio de aprovação nos eventos promovidos pelo SENAR AR/MS de 2002 a 2012. Para cálculo deste índice foi considerado o total de aprovados em relação ao total de concluintes em todos os eventos promovidos pelo SENAR AR/MS. Este índice tem variado de 93,0 a 96,6% indicando bom aproveitamento nos eventos. Para 2012 o índice calculado foi 94,7%, estando pouco acima ao valor encontrado nos últimos quatro anos.



*Figura 4 – Desempenho (%) dos participantes nos eventos de Formação Profissional Rural (FPR), Promoção Social (PS) e Projetos Especiais (PE), no período de 2002 a 2012.*

### 2.4.1.3 Indicadores de Economicidade

Na Tabela 6 estão expressas as metas iniciais e reformuladas de turmas e participantes, para realização dos programas de FPR e PS estabelecidos no Pano Anual de Trabalho – PAT para 2012.

*Tabela 6. Metas iniciais e reformuladas no Plano Anual de Trabalho - PAT para 2012, realizado e alcance em relação à meta.*

ESPECIFICAÇÃO		PROGRAMADO (Nº)		REALIZADO	ALCANCE
		INICIAL	REFORM.	(Nº)	(%)
FPR	Turmas	1.686	1.667	1.716	103
	Participantes	20.222	24.637	26.245	107
	Valor (R\$) *	6.800.000,00	7.200.000,00	6.800.534,30	94

ESPECIFICAÇÃO		PROGRAMADO (Nº)		REALIZADO	ALCANCE
		INICIAL	REFORM.	(Nº)	(%)
PS	Turmas	514	533	592	111
	Participantes	9.324	10.504	12.684	121
	Valor (R\$) *	1.703.000,00	1.703.000,00	1.423.213,16	84

\* considerando hora aula e serviços.

A partir dos dados apresentados foram calculados alguns indicadores de economicidade para avaliar o desempenho do SENAR AR/MS.

#### 2.4.1.3.1 Recursos x Participantes FPR

Considerando o total de recursos previsto para realização das turmas de FPR, estimava-se um custo de R\$ 292,24 por participante. Ao final de 2012, capacitou-se 1.608 pessoas a mais que o previsto na modalidade FPR, o que originou um custo por participante de R\$ 259,12, menor, portanto do que aquele originalmente estimado.

**Previsto:**  $\frac{R\$ 7.200.000,00}{24.637 \text{ participantes}} = R\$ 292,24/\text{participante}$

**Realizado:**  $\frac{R\$ 6.800.534,30}{26.245 \text{ participantes}} = R\$ 259,12/\text{participante}$

O valor médio histórico por participante obtido ao longo dos últimos cinco anos nos eventos de Formação Profissional Rural é apresentado na Tabela 3, adiante.

*Tabela 7. Custo médio por participante (FPR) de 2008 a 2012.*

FPR	2008*	2009*	2010*	2011*	2012
	283,78	244,68	243,31	224,12	259,12

\*Fonte: Relatório de Gestão 2011.

#### 2.4.1.3.2 Recursos x Eventos FPR

Na reformulação do planejamento para 2012, previa-se a realização de 1.667 eventos de Formação Profissional Rural com R\$ 7.200.000,00 a um custo médio de R\$ 4.319,14 por evento.

Ao final do exercício, foram realizados 1.716 eventos, ao custo total de R\$ 6.800.534,30, obtendo-se um custo médio de R\$ 3.963,02.

**Previsto:**  $\frac{\text{R\$ } 7.200.000,00}{1.667 \text{ eventos}} = \text{R\$ } 4.319,14/\text{evento}$

**Realizado:**  $\frac{\text{R\$ } 6.800.534,30}{1.716 \text{ eventos}} = \text{R\$ } 3.963,02/\text{evento}$

O valor por evento em 2012 foi 33,51% maior que aquele observado em 2011, mas abaixo do inicialmente orçado para o presente exercício. Os custos históricos por evento relativos aos cinco últimos exercícios se encontram adiante evidenciados na Tabela 4.

*Tabela 8. Custo médio por evento (FPR) de 2008 a 2012.*

FPR	2008*	2009*	2010*	2011*	2012
	3.901,74	3.256,15	3.280,27	2.968,33	3.963,02

\*Fonte: Relatório de Gestão 2011.

#### 2.4.1.3.3 Recursos x Participantes PS

O custo inicial por participante nos programas de Promoção Social foi estimado na reformulação em R\$ 162,13. Ao final de 2012, em função do aumento do número de participantes e do menor desembolso para a realização dos cursos, obteve-se um custo médio de R\$ 132,03.

**Previsto:**  $\frac{\text{R\$ } 1.703.000,00}{10.504 \text{ participantes}} = \text{R\$ } 162,13/\text{participante}$

**Realizado:**  $\frac{\text{R\$ } 1.423.213,16}{12.684 \text{ participantes}} = \text{R\$ } 112,20/\text{participante}$

O custo médio por participante em Promoção Social foi menor que o observado em 2011 (Tabela 5). O maior número de participantes foi determinante para a redução do custo individual.

*Tabela 9. Custo médio por participante (PS) de 2008 a 2012.*

PS	2008*	2009*	2010*	2011*	2012
	73,76	81,47	117,96	176,06	112,20

\*Fonte: Relatório de gestão 2011.

#### **2.4.1.3.4 Recursos x Eventos PS**

Semelhantemente ao que ocorreu com o custo por participante, o custo por evento também foi inferior ao previsto. Previa-se um custo de R\$ 3.195,12 e, ao final do exercício, a entidade apurou custo médio por evento de R\$ 2.828,89. Esta redução se deve principalmente a realização de 59 eventos a mais que o previsto.

**Previsto:**  $\frac{R\$ 1.703.000,00}{533 \text{ eventos}} = R\$ 3.195,12/\text{evento}$

**Realizado:**  $\frac{R\$ 1.423.213,16}{592 \text{ eventos}} = R\$ 2.404,08/\text{evento}$

Sendo assim, o custo médio por evento de Promoção Social em 2012 foi 4,01% inferior àquele verificado em 2011 (Tabela 6). Assim como ocorreu em 2011, a adequação de conteúdo de vários cursos, a atuação mais agressiva da entidade no sentido de levar a promoção social a várias localidades remotas e a melhoria dos controles de custos foi significativa na redução do custo individual dos eventos realizados.

*Tabela 10. Custo médio por evento (PS) de 2008 a 2012.*

PS	2008*	2009*	2010*	2011*	2012
	1.488,24	2.121,33	1.709,79	2.504,62	2.404,08

\*Fonte: Relatório de gestão 2011.

#### **PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.**

##### **3.1 Estrutura de Governança**

De acordo com seu regimento interno, são órgãos de deliberação, administração e fiscalização do SENAR – Administração Regional de Mato Grosso do Sul:

- Conselho Administrativo;
- Conselho Fiscal Regional;
- Superintendência.

O **Conselho Administrativo** é indicado pelo período de três anos e tem a seguinte composição:

- O Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul, que será seu Presidente;
- O Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI);
- Um representante do SENAR - Administração Central;
- Dois representantes dos produtores rurais;

Ao **Conselho Administrativo** compete à função de cumprir as diretrizes, para consecução dos objetivos do SENAR - Administração Regional de Mato Grosso do Sul, notadamente no que se refere a planejamento, estabelecimento das diretrizes, organização, coordenação, controle e avaliação das atividades.

A cada quatro meses e ao final do ano os resultados da atuação da instituição são apresentados detalhadamente ao Conselho de Administração. Nesta apresentação são mostrados ao Conselho Administrativo, São apresentados os desembolsos financeiros e evolução da arrecadação, os Programas e Projetos em andamento, os totais de cursos, de participantes e a representação destes dentro das metas previstas.

O **Conselho Fiscal Regional** é composto de três membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pela Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), pela Federação dos Trabalhadores do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Central (SENAR-AC), para o mandato de três anos, coincidente com o mandato do Conselho Administrativo. Este conselho poderá ser assessorado por auditoria externa de reconhecida idoneidade e experiência. O Conselho Fiscal Regional reúne-se ordinariamente uma vez a cada quadrimestre ou, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente do Conselho Administrativo ou pela maioria de seus membros.

Compete ao **Conselho Fiscal Regional**:

- a) controlar a execução financeira e orçamentária, observando o contido no Relatório de Atividades e pareceres da Auditoria Independente;
- b) examinar e emitir pareceres sobre as propostas de orçamentos anuais e plurianuais, o balanço geral e demais demonstrações financeiras;

- c) contratar perícias e auditores sempre que esses serviços forem considerados indispensáveis ao bom desempenho de suas funções;
- d) elaborar ou reformular o seu Regimento Interno, respeitados os princípios preestabelecidos, bem como as Normas de Funcionamento do Conselho Fiscal da Administração Central.

A **Superintendência** é o órgão de execução da administração do SENAR – Administração Regional de Mato Grosso do Sul, consoante as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Administrativo.

Quanto a auditoria da contabilidade, existem duas modalidades em funcionamento. Anualmente é realizada a chamada “auditoria interna”. Esta é realizada por auditores do Senar Central com base nas despesas do ano. A segunda modalidade de auditoria é a “auditoria externa”. Uma empresa de assessoria faz mensalmente a auditoria na contabilidade e a cada quatro meses e ao final do ano emite seus relatórios.

Por fim, registra-se ainda a existência de assessoria de comunicação e jurídica. Ambas contratadas externamente. A primeira é responsável pela comunicação do SENAR AR/MS com o público externo e a segunda pelo suporte jurídico em demandas judiciais e análise de documentos.

### **3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos**

*Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ*

<b>ASPECTOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código				X	

ASPECTOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	AVALIAÇÃO				
de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X

<b>ASPECTOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>				
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Considerações gerais:</b>					
<b>LEGENDA</b>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

### **3.3 Remuneração para a administradores**

#### **3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal**

Segundo o artigo 6º do Regimento Interno do Conselho Administrativo do SENAR-ARMS, os órgãos de deliberação, administração e fiscalização da entidade são:

- a) Conselho Administrativo;
- b) Conselho Fiscal Regional;
- c) Conselho Consultivo;
- d) Superintendência.

Os membros do Conselho Administrativo (Presidente da FAMASUL - Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso do Sul, pelo Presidente da FETAGRI - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul, um representante do SENAR-Administração Central e dois representantes dos produtores rurais), não recebem remunerações variáveis, restringindo-se tão somente a subsídios, verbas de representação e remunerações a título de jetons e diárias.

Segundo o Regulamento Interno do Conselho Administrativo do SENAR-AR/MS, o Presidente deste Conselho está autorizado a perceber remuneração mensal a título de “subsídio” e verba de representação da Presidência. Em 2012, o subsídio mensal pago ao Presidente do Conselho de Administração estava fixado em R\$ 16.260,00 (dezesesseis mil e duzentos e sessenta reais), conforme o disposto na deliberação nº 2, da Resolução nº 002/11/CA, do Conselho Administrativo. No entanto, o Presidente não recebeu qualquer valor a título de verba de representação.

Os demais conselheiros do Conselho Administração, bem como os do Conselho Fiscal Regional (titulares ou suplentes, estes na ausência dos primeiros), receberam durante o ano-calendário de 2012 as seguintes remunerações, segundo suas respectivas bases normativas:

- a) **Jetons**, devidos pelos respectivos comparecimentos nas sessões ordinárias e extraordinárias, fixados em R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), de acordo com o estabelecido na deliberação nº 1, da Resolução nº 002/11/CA, de 01/06/2011, do Conselho Administrativo; e

- b) verbas indenizatórias a título de **Diárias**, fixadas em R\$ 320,00, conforme o disposto na Resolução nº 003/11/CA, de 01/06/2011, do Conselho Administrativo, aplicáveis somente no caso daqueles conselheiros que não residissem no Estado do Mato Grosso do Sul, sede da Administração Regional do SENAR/MS.

As autorizações ao Conselho Administrativo para a fixação dos valores dos jetons e diárias dos membros deste Conselho e do Conselho Fiscal Regional estão previstas no artigo 18, alíneas “k” e “n”, enquanto as autorizações para a fixação dos valores dos subsídios e verbas de representação da Presidência são concedidas pela alínea “n” do mesmo artigo. Já o limite máximo da remuneração do Superintendente é autorizado pela alínea “m”, do referido artigo 18, do Regulamento Interno do SENAR-AR/MS.

Finalmente, é importante salientar que:

- a) o SENAR-AR/MS não remunera os membros dos referidos conselhos com base em indicadores de desempenho ou na evolução de indicadores que sejam levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;
- b) não existem remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;
- c) não existem quaisquer remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários; e
- d) não existem planos de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseados em ações.

3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro A.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal. Valores em R\$ 1,00

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO																
Nome do Conselheiro (a)	T/S	Período		Remuneração												
		Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Eduardo Correa Riedel	T	2012	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ademar Silva Junior <sup>(2)</sup>	T/S	2009	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
José Pereira da Silva <sup>(1)</sup>	T	2009	2015	-	1.520	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.520
Maria Inês Garcia Bunning	T	2009	2012	-	1.200	-	-	-	1.200	-	-	-	-	-	-	2.400
Omar Antônio Hennemann	T	2009	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Geraldo Teixeira Almeida <sup>(1)</sup>	T	2009	2015	-	1.200	-	-	-	1.200	-	-	1.200	1.200	-	-	4.800
Clodoaldo Martins de Oliveira Junior <sup>(1)</sup>	T	2009	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luciano Muzzi Mendes	T	2012	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	1.200	1.200	-	-	2.400
Daniel Kluppel Carrara	T	2012	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dario Alves de Souza	S	2009	2012	-	1.200	-	-	-	1.200	-	-	-	-	-	-	2.400
Janes Bernardino Honório Lyrio	S	2009	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edgar Yamato <sup>(1)</sup>	S	2009	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gilberto Adão Dalpasqual	S	2009	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antônio Gesuato	S	2009	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sandra Maria Costa Soares <sup>(1)</sup>	S	2009	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ivan Roberto Carrato Junior	S	2012	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marisvaldo Zueli	S	2012	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	1.520	1.520	-	-	3.040

T – Titular; S – Suplente

(1) Mandato inicial de 2009-2012, renovado para o triênio 2012-2015;

(2) Titular no mandato 2009-2012 e Suplente no triênio 2012-2015.

Quadro A.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal. Valores em R\$ 1,00

CONSELHO FISCAL																
Nome do Conselheiro (a)	T/S	Período		Remuneração												
		Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Ronei da Silva Fuchs <sup>(1)</sup>	T	2009	2015	-	1.840	-	-	1.840	-	-	1.840	-	-	-	-	<b>5.520</b>
Agostinho Pereira Ribeiro <sup>(2)</sup>	T/S	2009	2015	-	1.840	-	-	1.840	-	-	1.840	-	-	-	-	<b>5.520</b>
Ramiro Moisés Neto	T	2009	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Batista da Silva	T	2012	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Elson Ferreira <sup>(3)</sup>	S/T	2009	2015	-	1.840	-	-	1.840	-	-	1.840	-	-	-	-	<b>5.520</b>
Bedson Bezerra de Oliveira	S	2012	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alaíde Ferreira Teles	S	2012	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alberto Dalbem	S	2009	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Telma Menezes de Araújo	S	2009	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

T – Titular; S – Suplente

<sup>(1)</sup> Mandato inicial de 2009-2012, renovado para o triênio 2012-2015;

<sup>(2)</sup> Titular no mandato 2009-2012 e Suplente no triênio 2012-2015;

<sup>(3)</sup> Suplente no mandato 2009-2012 e Titular no triênio 2012-2015.

**3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos**

Quadro A.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores (Valores em R\$ 1,00)

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO			
Órgão: Diretoria Estatutária			
REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS	EXERCÍCIO		
	2012	2011	2010
<b>Número de membros:</b>			
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	<b>244.517,90</b>	<b>208.938,90</b>	<b>195.852,00</b>
<i>a) salário ou pró-labore</i>	-	-	-
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	-	-	-
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>	33.120,00	28.672,00	27.548,00
<i>d) outros</i>	211.397,90	180.266,90	168.304,00
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<i>e) bônus</i>	-	-	-
<i>f) participação nos resultados</i>	-	-	-
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>	-	-	-
<i>h) comissões</i>	-	-	-
<i>i) outros</i>	-	-	-
<b>III – Total da Remuneração ( I + II)</b>	<b>244.517,90</b>	<b>208.938,90</b>	<b>195.852,00</b>
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores**

*Quadro A.3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores  
(Valores em R\$ 1,00).*

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria estatutária (todos os órgãos, como Diretoria Estatutária, Conselho de Administração ou Conselho Fiscal).			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2012	2011	2010
<b>I – Bônus (a+b+c+d)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
b) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem alcançadas	-	-	-
d) valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-
<b>II – Participação no Resultado (e+f+g+h)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
f) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-
<b>III – Total ( I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.**

**4.1 Informações sobre programas de responsabilidade da UJ**

**4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ**

*Quadro A.4.4a – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ*

Identificação da Ação	
Código	Programa 0101
Descrição	Qualificação Profissional do Trabalhador (FPR)
Iniciativa	SENAR AR/MS
Unidade Responsável	Gestão de Educação Profissional
Unidade Orçamentária	Não se aplica

## SENAR AR/MS - RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.800.000,00	7.200.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Não possui	Não possui	6.800.534,30
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Número de cursos	Unidade	1.667	1.716	7.200.000,00	6.800.534,30
002	Número de participantes	Unidade	24.637	26.245		
Observações						
<p>O Programa 0101 – Qualificação Profissional do Trabalhador é também conhecido pela terminologia FPR ou Formação Profissional Rural. Este programa é formado por vários cursos de formação do trabalhador rural, bem como dos seguintes cursos e programas específicos e/ou especiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mais Floresta;</li> <li>• Com Licença Vou à Luta;</li> <li>• Inclusão Digital;</li> <li>• Workshop Mais Pastagem;</li> <li>• Workshop Pro-Ovino;</li> <li>• Mais Inovação;</li> <li>• Capacitações de Instrutores e Mobilizadores;</li> <li>• Revisão de Planos Instrucionais;</li> <li>• Supervisão Pedagógica;</li> <li>• Quem Recolhe, Colhe Frutos.</li> </ul>						

*Quadro A.4.4b – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UU*

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>Programa 0108</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (PS)</b>					
<b>Iniciativa</b>	<b>SENAR AR/MS</b>					
<b>Unidade Responsável</b>	<b>Gestão de Educação Profissional</b>					
<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Não se aplica</b>					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.703.000,00	1.703.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Não possui	Não possui	1.423.213,16
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
001	Número de cursos	Unidade	533	592	1.703.000,00	1.423.213,16
002	Número de participantes	Unidade	10.504	12.684		
<p>O Programa 0108 – Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador é também conhecido pela terminologia OS ou Promoção Social. Este programa é formado por vários cursos de melhoria da vida e das condições socioculturais do trabalhador no campo, bem como de sua interação com a sociedade, sendo composto por vários cursos, palestras e work-shoppings, com destaque para os programas “Projeto Pingo D’Água” e “Útero é Vida”.</p>						

4.2 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.  
Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1) Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>11.439,06</b>	<b>101.220,93</b>	<b>1.547.760,94</b>	<b>1.217.186,46</b>
a) Convite	11.439,06	37.230,93	1.207.560,94	913.436,46
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	303.750,00
d) Pregão	-	63.990,00	340.200,00	-
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
<b>2) Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>6.637,75</b>	<b>445.162,61</b>	<b>1.107.723,43</b>	<b>-</b>
g) Dispensa	2.642,33	338.631,57	994.693,43	-
h) Inexigibilidade	3.995,42	106.531,04	113.030,00	-
<b>3) Regime de Execução Especial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>131.453,56</b>	<b>-</b>
i) Suprimento de Fundos	-	-	131.453,56	-
<b>4) Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.000.542,55</b>	<b>2.323.431,47</b>
j) Pagamento em Folha	-	-	2.723.458,30	2.161.242,47
k) Diárias	-	-	277.084,25	162.189,00
<b>5) Outros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>6) Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>18.076,81</b>	<b>546.383,54</b>	<b>5.787.480,48</b>	<b>3.540.617,93</b>

Fonte: SENAR AR/MS

4.2.1.4.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro A.4.13. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - créditos originários. Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.063.956,56</b>	<b>2.468.261,53</b>
1.1 – Vencimentos e vantagens fixas	-	-	-	-	-	-	1.790.308,04	1.599.668,34
1.2 – Remunerações variáveis	-	-	-	-	-	-	176.148,15	2.762,17
1.3 – Encargos sociais	-	-	-	-	-	-	757.002,11	558.811,96
1.4 – Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	340.498,26	307.019,06
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.403.918,41</b>	<b>7.903.445,85</b>
3.1 – Diárias – pessoal civil	-	-	-	-	-	-	277.084,25	162.189,00
3.2 – Remuneração de conselheiros	-	-	-	-	-	-	244.517,90	213.988,90
3.3 – Material de consumo	-	-	-	-	-	-	491.159,25	610.672,07
3.4 – Serviços de terceiros - PF	-	-	-	-	-	-	170.105,70	80.544,23
3.5 – Serviços de terceiros - PJ	-	-	-	-	-	-	8.055.293,07	6.671.034,52
3.6 – Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	165.758,24	165.017,13
<b>4. Investimentos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>66.595,53</b>	<b>160.507,37</b>
4.1 – Equipamentos e materiais	-	-	-	-	-	-	65.470,53	160.507,37
4.2. - Instalações	-	-	-	-	-	-	1.125,00	-
4.3 - Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>5. Inversões Financeiras</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SENAR-AR/MS

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 18/01/2012

5.3 Transferências de recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – AR/MS									
CNPJ: 04.253.881/0001-03						UG/GESTÃO:			
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	-	SINDICATO RURAL DE DOURADOS - PROJETO FAZENDINHA - CNPJ: 03065554000165	37.182,00	-	37.182,00	37.182,00	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE ALCINÓPOLIS - CNPJ: 00169216000185	7.315,14	-	7.315,14	7.315,14	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE AMAMBAI - CNPJ: 03567112000117	27.601,82	-	27.601,82	27.601,82	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE ANASTACIO - CNPJ: 07649388000103	33.103,49	-	33.103,49	33.103,49	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE ANAURILANDIA - CNPJ: 02259926000121	13.696,26	-	13.696,26	13.696,26	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE ANGELICA - CNPJ: 24630915000149	50.009,80	-	50.009,80	50.009,80	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE ANTONIO JOÃO - CNPJ: 01989326000156	2.632,26	-	2.632,26	2.632,26	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE APARECIDA DO TABOADO - CNPJ: 15386436000138	14.530,94	-	14.530,94	14.530,94	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE ARAL MOREIRA - CNPJ: 01997667000173	8.749,82	-	8.749,82	8.749,82	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE BANDEIRANTES - CNPJ: 01946076000177	1.372,04	-	1.372,04	1.372,04	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE BATAGUASSU - CNPJ: 24630634000196	24.937,50	-	24.937,50	24.937,50	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE BATAYPORÃ - CNPJ: 03064983000118	5.593,47	-	5.593,47	5.593,47	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE BELA VISTA - CNPJ: 15380546000192	22.476,89	-	22.476,89	22.476,89	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE BONITO - CNPJ: 15465289000191	1.259,63	-	1.259,63	1.259,63	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE BRASILÂNDIA - CNPJ: 15410525000172	14.222,84	-	14.222,84	14.222,84	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE CAARAPÓ - CNPJ: 03156858000138	3.442,43	-	3.442,43	3.442,43	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE CAMAPUÃ - CNPJ: 15520430000101	12.878,59	-	12.878,59	12.878,59	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE CAMPO GRANDE - CNPJ: 03325966000197	13.236,74	-	13.236,74	13.236,74	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE CARACOL - CNPJ: 15906019000179	5.013,70	-	5.013,70	5.013,70	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE CASSILÂNDIA - CNPJ: 15409451000154	56.001,16	-	56.001,16	56.001,16	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE CHAPADÃO DO SUL - CNPJ: 02037778000109	10.358,31	-	10.358,31	10.358,31	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE CORUMBÁ - CNPJ: 03385937000110	6.653,77	-	6.653,77	6.653,77	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE COSTA RICA - CNPJ: 01236264000101	20.972,64	-	20.972,64	20.972,64	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE COXIM - CNPJ: 03061827000101	38.685,60	-	38.685,60	38.685,60	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE DEODÁPOLIS - CNPJ: 00933655000112	2.541,94	-	2.541,94	2.541,94	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - CNPJ: 24665275000102	8.545,44	-	8.545,44	8.545,44	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE ELDORADO - CNPJ: 03819695000126	5.759,91	-	5.759,91	5.759,91	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE FÁTIMA DO SUL - CNPJ: 03573664000138	1.092,14	-	1.092,14	1.092,14	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE FIGUEIRÃO - CNPJ: 07488219000120	10.534,71	-	10.534,71	10.534,71	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE GLORIA DE DOURADOS - CNPJ: 03620523000129	9.365,40	-	9.365,40	9.365,40	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA - CNPJ: 03967007000175	8.612,86	-	8.612,86	8.612,86	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE IGUAQUEMI - CNPJ: 05393028000150	4.617,87	-	4.617,87	4.617,87	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE INOCÊNCIA - CNPJ: 15409410000168	15.311,73	-	15.311,73	15.311,73	20/01/2011	20/01/2013	4

SENAR AR/MS - RELATÓRIO DE GESTÃO 2012



Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – AR/MS									
CNPJ: 04.253.881/0001-03					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	-	SINDICATO RURAL DE ITAPORÃ - CNPJ: 03359197000148	34.960,79	-	34.960,79	34.960,79	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE IVINHEMA E NOVO HORIZONTE DO SUL - CNPJ: 00806344000192	12.189,22	-	12.189,22	12.189,22	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE JARAGUARI - CNPJ: 01436747000150	25.314,07	-	25.314,07	25.314,07	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE JARDIM - CNPJ: 02259475000122	5.898,96	-	5.898,96	5.898,96	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE JATEI - CNPJ: 03902277000106	3.483,30	-	3.483,30	3.483,30	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE JUTI - CNPJ: 03495602000155	3.803,70	-	3.803,70	3.803,70	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE LAGUNA CAARAPÃ - CNPJ: 03692903000179	11.096,91	-	11.096,91	11.096,91	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE MARACAJU - CNPJ: 03355617000118	17.615,36	-	17.615,36	17.615,36	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE NAVIRAÍ - CNPJ: 00202549000169	27.678,34	-	27.678,34	27.678,34	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE NIOAQUE - CNPJ: 24615999000141	10.079,89	-	10.079,89	10.079,89	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE NOVA ALVORADA DO SUL - CNPJ: 03097467000190	18.089,03	-	18.089,03	18.089,03	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE NOVA ANDRADINA - CNPJ: 03923380000124	256,18	-	256,18	256,18	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE PARANAÍBA - CNPJ: 03408077000193	15.717,65	-	15.717,65	15.717,65	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE PARANHOS - CNPJ: 03408077000193	8.537,63	-	8.537,63	8.537,63	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE PEDRO GOMES - CNPJ: 01950674000110	6.958,63	-	6.958,63	6.958,63	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE PONTA PORÃ - CNPJ: 03450285000150	22.045,77	-	22.045,77	22.045,77	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE PORTO MURTINHO - CNPJ: 03667474000180	30.428,84	-	30.428,84	30.428,84	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE RIBAS DO RIO PARDO - CNPJ: 24644981000178	23.336,52	-	23.336,52	23.336,52	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE RIO BRILHANTE - CNPJ: 03357464000148	20.182,32	-	20.182,32	20.182,32	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE RIO VERDE DO MATO GROSSO - CNPJ: 03354255000140	8.792,00	-	8.792,00	8.792,00	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE SANTA RITA DO PARDO - CNPJ: 02293527000187	4.681,71	-	4.681,71	4.681,71	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE SÃO GABRIEL D'OESTE - CNPJ: 00780312000165	18.523,70	-	18.523,70	18.523,70	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE SETE QUEDAS - CNPJ: 03699162000158	6.497,50	-	6.497,50	6.497,50	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE SIDROLÂNDIA - CNPJ: 15390834000128	15.706,41	-	15.706,41	15.706,41	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE SONORA - CNPJ: 00826864000167	7.137,45	-	7.137,45	7.137,45	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE TACURU - CNPJ: 07570632000130	8.995,20	-	8.995,20	8.995,20	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE TAQUARUSSU - CNPJ: 06068122000104	5.893,68	-	5.893,68	5.893,68	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE TERENOS - CNPJ: 05084135000104	5.202,27	-	5.202,27	5.202,27	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE TRÊS LAGOAS - CNPJ: 03879814000136	13.728,57	-	13.728,57	13.728,57	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	SINDICATO RURAL DE VICENTINA - CNPJ: 07859043000176	6.422,31	-	6.422,31	6.422,31	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - FETAGRI - CNPJ: 15412000000176	47.818,77	-	47.818,77	47.818,77	20/01/2011	20/01/2013	4
3	-	FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - FETAGRI - CNPJ: 15412000000176	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	06/11/2012	21/12/2012	4
3	-	FAMASUL - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO MS - CNPJ: 15413883000139	245.171,87	-	245.171,87	245.171,87	03/10/2012	03/10/2013	4
3	-	SEBRAE MS - CNPJ: 15419591000103	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	14/05/2012	31/12/2012	4

**5.3.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios**

Quadro A.5.4– Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – AR/MS						
CNPJ: 04.253.881/0001-03				UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício independente do ano de celebração do instrumento (Valores em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	01	-	-	34.450,00	-
Termo de Cooperação	67	68	61	1.230.553,39	1.235.928,01	698.613,40
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>67</b>	<b>69</b>	<b>61</b>	<b>1.230.553,39</b>	<b>1.270.378,01</b>	<b>698.613,40</b>

Fonte: SENAR AR/MS

**5.3.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2013 e seguintes**

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013

e exercícios seguintes.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – AR/MS					
CNPJ: 04.253.881/0001-03			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2013 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	65	3.720.000,00	2.466.481,40	1.250.000,00	66,30%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>65</b>	<b>3.720.000,00</b>	<b>2.466.481,40</b>	<b>1.250.000,00</b>	<b>66,30%</b>

Fonte: SENAR –AR/MS

**5.3.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse.**

*Quadro A.5.6 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.*

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente:					
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – AR/MS					
CNPJ: 04.253.881/0001-03		UG/GESTÃO:			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas prestadas	Quantidade	-	67	-
		Montante Repassado	-	1.230.553,39	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas prestadas	Quantidade	-	69	01
		Montante Repassado	-	1.235.928,01	34.450,00
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	-	61	-
		Montante Repassado	-	698.613,40	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

**6. Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU Nº 119, de 18/01/2012.**

**6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos**

**6.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada**

*Quadro A.6.1 – Força de trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2012*

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	26	06	07
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	-	-	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	-	<b>26</b>	<b>06</b>	<b>07</b>

Fonte: SENAR-MS

### 6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ  
(Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>				
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções gratificadas</b>				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	5	1	1
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	-	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: SENAR AR/MS

#### 6.1.2.1 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária.  
Situação apurada em 31/12/2012

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão.</b>	-				
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-				
2.3. Funções gratificadas	-	<b>1</b>	-	<b>4</b>	
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	-

Fonte: SENAR AR/MS

6.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade.

Situação apurada em 31/12/2012

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	6	6	5	3	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	4	-	1
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	-	-	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>2</b>

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores. Valores em R\$ 1,00.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>										
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>										
Exercícios	2012	1.080.746,04	-	61.285,57	12.780,50	36.494,17	1.390,79	-	-	<b>1.192.697,07</b>
	2011	789.486,85	-	-	-	-	-	-	-	<b>789.486,85</b>
	2010	761.399,52	-	-	-	-	-	-	-	<b>761.399,52</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>										
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>										
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>										
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>										
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>										
Exercícios	2012	709.562,00	-	40.236,94	-	23.960,18	-	-	-	<b>773.759,13</b>
	2011	380.243,64	-	138.092,73	-	-	-	-	-	<b>518.336,27</b>
	2010	328.111,39	-	134.701,84	-	-	-	-	-	<b>462.813,28</b>

### 6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A UJ não possui indicadores desenvolvidos para a área de recursos humanos, mas iniciou, ainda em 2012, plano de desenvolvimento de carreira e plano de cargos e salários e mapeamento de todos os seus processos internos.

A previsão de conclusão desses planos, bem como dos mapeamentos de seus processos é 31 de maio de 2013.

É relevante ressaltar o reduzidíssimo grau de acidentes de trabalho verificado na UJ, bem como a inexpressiva taxa de rotatividade de seu pessoal.

### 6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

#### 6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Unidade Concedente:													
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – AR/MS													
CNPJ: 04.253.881/0001-03						UG/GESTÃO:							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	GEP – Gestão de Educação Profissional	O	Não aplicável	Instituto Mirim de Campo Grande (CNPJ 15.528.821/0001-72)	out/11	jun/12				X			E

**Observações:**

<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Área:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Segurança;</li> <li>2. Transportes;</li> <li>3. Informática;</li> <li>4. Copeiragem;</li> <li>5. Recepção;</li> <li>6. Reprografia;</li> <li>7. Telecomunicações;</li> <li>8. Manutenção de bens móveis</li> <li>9. Manutenção de bens imóveis</li> <li>10. Brigadistas</li> <li>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</li> <li>12. Outras</li> </ol>	<p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p><b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S)</p> <p><b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E)</p> <p><b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C)</p>
---	---

Fonte: SENAR-AR/MS

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	-	-	1	1	<b>3.732</b>
1.1. Área Fim	-	-	1	1	3.732
1.2. Área Meio	-	-	-	-	-
<b>2. Nível Médio</b>	-	-	-	-	-
2.1. Área Fim	-	-	-	-	-
2.2. Área Meio	-	-	-	-	-
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3.732</b>

Fonte: SENAR AR/MS

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Instalação de torneiras automáticas, lâmpadas fluorescentes, acionamento automático de lâmpadas nos banheiros e colocação de adesivo orientando desligar luzes nos interruptores.					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Cadernos em papel reciclado				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Programa Meu Ambiente com Qualidade de Vida: Economia de energia, água, copos descartáveis, reciclagem de cartuchos de tinta, separação do lixo.					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <i>Mediante palestras.</i>					X
<u>Considerações Gerais:</u> O Senar possui um programa chamado Meu Ambiente com Qualidade de Vida, que busca a conscientização dos colaboradores quanto aos aspectos ambientais ligados ao ambiente de trabalho, bem como buscar práticas que favoreçam a integração dos colaboradores.					
<b>LEGENDA</b> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 10. Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 119, de 18/01/2012.

### 10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A UJ não conta com quadro próprio de auditoria interna. O único trabalho de auditoria executado é o de auditoria independente, voltado ao exame quadrimestral das demonstrações contábeis. Os auditores independentes as examinam a cada quadrimestre e avaliam a eficácia dos controles internos, emitindo pareceres próprios acerca destas demonstrações e se as mesmas representam adequadamente ou não, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UJ.

A UJ planeja já para o exercício de 2013 estruturar setor de auditoria interna, que se vinculará à Presidência do Conselho Administrativo, tendo atuação autônoma e desvinculada da estrutura organizacional da entidade. Os objetivos da criação deste setor é o de buscar atestar seus processos internos, melhorar as operações da entidade e o funcionamento de suas unidades, além de atuar na prevenção de contingências e no monitoramento de riscos. Sua atuação compreenderá, ainda, a orientação e aplicação das normas e da legislação federal pertinente, com especial ênfase aos processos de pagamentos de instrutores e de licitações e tomadas de preços.

A UJ dispõe atualmente de estrutura contábil interna adequada e de gestor responsável pelas áreas financeira e contábil. Os resultados apresentados são apresentados, discutidos e avaliados em reuniões trimestrais e/ou em períodos menores, as quais englobam todos os demais gestores, que também atuam na criação e aperfeiçoamento dos controles internos. As falhas e/ou não conformidades verificadas são informadas ao Conselho Administrativo e/ou Fiscal em relatórios circunstanciados ou comunicações mais sucintas, contendo a descrição dos pontos, os riscos envolvidos e as recomendações que devam ser implementadas.

### 10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

#### 10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

*Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.*

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	8	10	8
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	1	1	3
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SENAR – AR/MS

**11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.**

**11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

**11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos**

O ativo imobilizado da Entidade é representado pelos bens de capital utilizados nas suas atividades sociais, os quais são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, diminuídos das depreciações acumuladas correspondentes, estas calculadas mensalmente pelo método linear segundo as taxas anuais adiante indicadas, determinadas em função das vidas úteis estimadas desses bens.

Seu ativo intangível é representado por gastos realizados com licenças de programas de informática, sendo demonstrados por seus custos incorridos quando das aquisições, deduzidos dos saldos das amortizações acumuladas, estas calculadas com base na taxa linear de 10% ao ano.

• Equipamentos, máquinas e aparelhos em geral	20%
• Veículos	20%
• Mobiliário em geral e material de copa	10%
• Equipamentos de comunicação	10%
• Máquinas, aparelhos e utensílios de escritório	10%
• Outros equipamentos e materiais permanentes	10%
• Programas de informática	20%
• Prédios (edificações)	4%
• Instalações e adaptações	10%

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
SENAR-AR/MS – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul	389038 (SIAF)



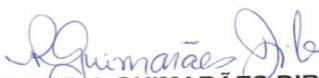
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
 Administração Regional de Mato Grosso do Sul  
 Rua Marcino dos Santos, 401 • Cachoeira II • Tel.: (67) 3320-6999 • Fax: (67) 3320-6998  
 CEP: 79040-902 • Campo Grande/MS • E-mail: senar@senarms.org.br

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos são elaborados com as seguintes peças contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL e Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto - DFC e Notas Explicativas, previstos na Lei nº6.404, de 15 de dezembro 1976, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR-AR/MS.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Campo Grande-MS, 31 de dezembro de 2012.

  
**RITA MARIA GUIMARÃES DIB**  
 Contadora CRC/MS 008148/O-9

Local	Campo Grande/MS	Data	31/12/2012
Contador Responsável	Rita Maria Guimarães Dib	CRC nº	CRC/MS 008148/O-9

11.6 Parecer da Auditoria Independente



RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmo

Sr. Presidente e Conselheiros do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul – SENAR

Revisamos com base em procedimentos de auditoria para a revisão limitada quadrimestral as demonstrações contábeis, as demonstrações de resultado, as demonstrações orçamentárias e os respectivos balancetes contábeis do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul, Inscrito no CNPJ sob o N.º 04.253.881/0001-03, referente ao terceiro quadrimestre do ano de 2012, compreendendo os meses de setembro a dezembro de 2012, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir um relatório e expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão limitada.

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileira e internacional de revisão limitada quadrimestral de auditoria contábil. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações apresentadas nos demonstrativos contábeis mensais estão livres de distorções relevantes. Uma revisão quadrimestral é feita com base nas demonstrações contábeis, nas demonstrações de resultado nas demonstrações orçamentárias e os respectivos balancetes contábeis emitidos pela Entidade, feita de forma limitada, utilizando principalmente procedimentos de auditoria, de indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos de testes analíticos aos dados contábeis e financeiros.

Nesse terceiro quadrimestre do ano de 2012, especificamente, realizamos testes de avaliação de controle interno adotado por esta entidade, assim como os procedimentos contábeis e orçamentários, e análise das principais contas contábeis, conforme o programa de trabalho elaborado da auditoria, não encontramos nenhuma distorção relevante que mereça qualquer menção, contudo, foram apresentadas sugestões a fim de ajustar a metodologia dos trabalhos e os saldos dos controles internos aos saldos da contabilidade.

Portanto, ressaltamos que este trabalho de revisão quadrimestral proporciona menor segurança do que o trabalho de auditoria de encerramento de exercício social completo, pois não realizamos uma auditoria completa sobre todas as contas contábeis que compõem as demonstrações contábeis da Entidade e, conseqüentemente, não expressamos sobre estas demonstrações uma opinião de auditoria.

Com base em nossa revisão de auditoria limitada, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis apresentadas sobre a forma de balancetes contábeis no quadrimestre analisado, não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campo Grande-MS, 30 de janeiro de 2013.

  
ODÁCIO PEREIRA MOREIRA  
Contador CRC/MS 002731/O-7  
CVM N° 9.776 – CNAI N° 435

  
ALTERCONT – Auditoria e  
Consultoria S/S.  
CRC/MS 00560/O-6  
CNPJ 13.256.754/0001-59

Rua Alfredo Nobel, 563 - Vila Novo Horizonte - CEP 79.118-370 - Campo Grande - MS  
Fone: (67) 3362-6714 - [odacio@altercont.com.br](mailto:odacio@altercont.com.br)

# SENAR AR/MS - RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

## Anexo: Peças contábeis – 2012



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/MS

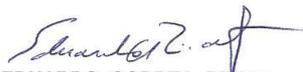
CNPJ: 04.253.881/0001-03

**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Em reais)

	2012	2011		2012	2011
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>17.134.181</b>	<b>11.698.501</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>708.549</b>	<b>533.509</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>15.226.195</b>	<b>10.534.777</b>	<b>OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO</b>	<b>708.549</b>	<b>533.509</b>
Caixa			Consignações s/Folha de Pagamento	299	
Bancos Conta Movimento - Rec. Próprios		112.127	Obrigações Previdenciárias/Trabalhistas		
Bancos Conta Convênios - Rec. Convênios	1.129	7.635	INSS	53.732	60.721
Aplicações Financeiras - Rec. Próprios	14.977.872	10.397.981	FGTS		14.002
Aplicações Financeiras - Rec. Convênios	247.193	17.035	IRRF	23.054	26.951
			PIS	2.215	2.324
<b>REALIZÁVEL CURTO PRAZO</b>	<b>1.907.986</b>	<b>1.163.724</b>	Obrigações Previdenciárias/Trabalhistas		
Contas a Receber			IRRF	6.764	6.352
Dotações Orçamentárias a Receber	1.660.405	920.451	ISS	9.769	8.608
Relações entre Unidades			CSLL/COFINS/PIS	2.623	
Convênios a Realizar			Fornecedores de Bens e Serviços	128.462	155.096
Adiantamento para Pequenas Despesas			Relações entre Unidades		
Adiantamentos por Conta de Viagens		1.600	Convênios a Realizar	248.323	24.670
Adiantamentos a Terceiros	6.020	6.595	Receitas de Convênios a Executar		
Antecipações a Empregados	40.163	38.958	Credores Diversos		
Valores Recuperáveis			Provisões Trabalhistas	233.307	234.785
Devedores Diversos	11.305	840	Provisões Tributárias		
Despesas do Exercício Seguinte			Contingências		
Bens e Valores	190.093	195.280	Previdenciárias		
			Trabalhistas		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>885.088</b>	<b>980.579</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			<b>EXIGIBILIDADES A LONGO PRAZO</b>		
Direitos de Longo Prazo			Obrigações a Longo Prazo		
<b>INVESTIMENTOS</b>					
Investimentos Diversos					
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>881.954</b>	<b>972.781</b>	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>17.310.720</b>	<b>12.145.571</b>
Bens Móveis	941.321	952.055	ACERVO PATRIMONIAL		
(-) Depreciações Acumuladas	(520.026)	(486.551)	Resultado Acumulado	12.145.571	8.103.788
Bens Imóveis	893.609	892.484	Resultado do Exercício	5.165.149	4.041.783
(-) Depreciações Acumuladas	(432.950)	(385.206)			
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>3.134</b>	<b>7.798</b>	<b>RESERVAS</b>		
Bens Intangíveis	147.364	146.659	Reservas de Capital		
(-) Amortizações Acumuladas	(144.230)	(138.861)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>18.019.269</b>	<b>12.679.080</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>	<b>18.019.269</b>	<b>12.679.080</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

  
**EDUARDO CORREA RIEDEL**  
 PRESIDENTE SENAR-AR/MS  
 CPF 008.984.647-81

  
**CLODOALDO M. DE OLIVEIRA JÚNIOR**  
 SUPERINTENDENTE SENAR-AR/MS  
 CPF 215.613.948-23

  
**RITA MARIA GUIMARÃES DIB**  
 CRC 008148/O-9 - MS  
 CPF 286.317.731-15

DEMONSTRAÇÕES 2012 2011 Senar MS REF. 2012 BalPat 2012



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/MS  
 CNPJ: 04.253.881/0001-03

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>16.618.704</b>	<b>13.403.977</b>
Contribuições Sociais	16.618.704	13.403.977
<b>RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(11.453.556)</b>	<b>(9.362.194)</b>
(-) Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	(3.446.208)	(2.840.316)
(-) Serviços de Terceiros	(8.114.750)	(6.556.712)
(-) Material de Consumo	(491.159)	(610.672)
(-) Despesas Bancárias / Financeiras	(2.967)	(1.267)
(-) Transferências de Contribuições Diversas		
(-) Despesas de Convênios / Termos de Cooperação	(250.000)	(198.991)
(-) Depreciação de Bens Móveis e Imóveis	(157.423)	(116.093)
(-) Amortização	(5.369)	(47.657)
(+) Receitas Financeiras	1.014.189	946.242
(+) Receita de Serviços		
(+) Receitas Eventuais	130	63.272
(+) Receitas de Subvenções		
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>5.165.149</b>	<b>4.041.783</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>5.165.149</b>	<b>4.041.783</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

  
 EDUARDO CORREA RIEDEL  
 PRESIDENTE SENAR-AR/MS  
 CPF 008.984.647-81

  
 CLODOALDO M. DE OLIVEIRA JÚNIOR  
 SUPERINTENDENTE SENAR-AR/MS  
 CPF 215.613.948-23

  
 RITA MARIA GUIMARÃES DIB  
 CRC 008148/O-9 - MS  
 CPF 286.317.731-15



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/MS  
 CNPJ: 04.253.881/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

(Em Reais)

Descrição das Mutações	Patrimônio Social	Reserva de Subvenções	Superávit/Déficit Exercício	Total
Saldo em 31/12/2010	8.103.788		-	8.103.788
Subvenções				-
Ajustes de Exercícios Anteriores				-
Déficit/Superávit do Exercício			4.041.783	4.041.783
Saldo em 31/12/2011	8.103.788	-	4.041.783	12.145.571

(Em Reais)

Descrição das Mutações	Patrimônio Social	Reserva de Subvenções	Superávit/Déficit Exercício	Total
Saldo em 31/12/2011	12.145.571	-	-	12.145.571
Subvenções				
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Déficit/Superávit do Exercício			5.165.149	
Saldo em 31/12/2012	12.145.571	-	5.165.149	17.310.720

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

  
 EDUARDO CORRÊA RIEDEL  
 PRESIDENTE SENAR-AR/MS  
 CPF 008.984.647-81

  
 CLODOALDO M. DE OLIVEIRA JÚNIOR  
 SUPERINTENDENTE SENAR-AR/MS  
 CPF 215.613.948-23

  
 RITA MARIA GUIMARÃES DIB  
 CRC 008148/O-9 - MS  
 CPF 286.317.731-15



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/MS  
CNPJ: 04.253.881/0001-03

(Em Reais)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

LEI Nº. 11.638 de 28/12/2007

Exercício findo em 31/12/2012

31 de dezembro

	31/12/2012	31/12/2011
<b>1. ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Superávit / Déficit do Exercício</b>	<b>5.165.149</b>	<b>4.041.783</b>
Ajustes por:		
(+) Depreciação	157.423	158.417
(+) Amortização	5.369	5.333
(-) Lucro na Alienação de Imobilizado		
<b>Superávit / Déficit do Exercício Ajustado</b>	<b>5.327.940</b>	<b>4.205.533</b>
<b>Variações no Ativo (-)</b>	<b>744.262</b>	<b>66.003</b>
Contas a Receber		
Dotações a Recêber	739.954	75.802
Adiantamento a Terceiros	-574	4.882
Adiantamento a Empregados	-395	8.095
Valores Recuperáveis		-282
Devedores Diversos	10.465	-249
Estoques de Consumo	-5.187	-22.246
Despesas Antecipadas		
<b>Variações no Passivo (+)</b>	<b>175.040</b>	<b>163.059</b>
Obrigações C/Folha de Pagamento		
Consignações s/Folha de Pagamento	299	-120
Obrigações Previdenciárias e Tributárias	-20.991	1.859
Obrigações Tributárias	190	6.342
Fornecedores de Bens e Serviços	-26.634	139.415
Convênios a Realizar	223.653	-16.892
Credores Diversos		
Provisões Trabalhistas	-1.477	32.454
Provisões Tributárias		
Contingências		
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais (=)</b>	<b>4.758.718</b>	<b>4.302.589</b>

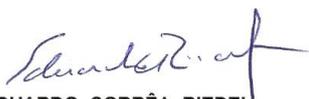


SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/MS  
 CNPJ: 04.253.881/0001-03

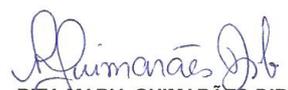
(Em Reais)

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	31/12/2012	31/12/2011
<b>2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
(+) Recebimento pela Alienação de Imobilizado		41.150
(-) Pagamento pela Compra de Imobilizado	67.301	160.507
(+) Diminuição do Imobilizado - Baixa		32.776
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos</b> (-)	<b>67.301</b>	<b>152.134</b>
<b>3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
(+) Recebimentos por Empréstimos		
(-) Pagamento de Empréstimos		
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento</b> (+)	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total dos Efeitos no Caixa ( 1 - 2 + 3 )</b> (=)	<b>4.691.417</b>	<b>4.150.455</b>
<b>Aumento Líquido no Caixa e Equivalente de Caixa</b> (=)	<b>4.691.417</b>	<b>4.150.455</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	(-) 10.534.777	6.384.322
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	(+)	15.226.195
		10.534.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

  
 EDUARDO CORRÊA RIEDEL  
 PRESIDENTE SENAR-AR/MS  
 CPF 008.984.647-81

  
 CLODOALDO M. DE OLIVEIRA JÚNIOR  
 SUPERINTENDENTE SENAR-AR/MS  
 CPF 215.613.948-23

  
 RITA MARIA GUIMARÃES DIB  
 CRC 008148/O-9 - MS  
 CPF 286.317.731-15



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2012**

**1 CONTEXTO OPERACIONAL**

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Mato Grosso do Sul - SENAR-AR/MS, inscrito no CNPJ sob Nº 04.253.881/0001-03, é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

Tem como missão: “Promover a educação, a informação e o conhecimento em Agronegócio a comunidade rural do MS, com inovação e competência, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado”.

Através da Lei Nº 1.618 de 07/11/1995 publicada no Diário Oficial em 08/11/1995, nos termos da Lei nº 23, de 13/11/1979, regulamentada pelo Decreto nº 1088, de 12/06/1981, alterado pelo Decreto nº 11.213, de 14/05/2003, foi declarada de Utilidade Pública Estadual.

**2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos dispositivos constantes da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações, do Código Civil Brasileiro Lei nº 10.406/2002 e das demais normas, com interpretações e comunicados técnicos vigente, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. As demonstrações contábeis também foram elaboradas com base nas Normas e Regulamentos do SENAR – Administração Central, exigidas para compor a Prestação de Contas, em conformidade com a Portaria CGU nº 2546 de 27/12/2010, Instrução Normativa TCU nº 63 de 01.09.2010, Portaria TCU nº 150 de 03/07/2012, Decisão Normativa TCU nº 119 de 18/01/2012 e Decisão Normativa TCU nº 124 de 05/12/2012, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443 de 16/07/1992.



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**3 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES CONTÁBEIS**

Os valores registrados nas contas de resultado estão reconhecidos pelo regime de competência, as receitas estão classificadas como operacional. Os encargos relativos ao PIS Folha foram calculados à alíquota de 1,00%. O Ativo Circulante é demonstrado pelos valores de realização. O Passivo Circulante e o Exigível a Longo Prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos e/ou calculáveis até a data do balanço, como segue:

**3.1 DISPONIVEL**

O Disponível ficou em 31.12.2012, assim distribuído;

<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento - Rec. Próprios	0,00	112.126,69
Bancos Conta Convênios - Rec. Convênios	1.129,45	7.635,00
Aplicações Financeiras - Rec. Próprios	14.977.871,72	10.397.980,83
Aplicações Financeiras - Rec. Convênios	247.193,44	17.034,60
<b>TOTAIS EM R\$</b>	<b>15.226.194,61</b>	<b>10.534.777,12</b>

**As Aplicações Financeiras** - Representadas por investimentos em títulos de liquidez imediata, demonstradas pelo valor original e acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Em 31 de dezembro de 2012 as Aplicações Financeiras estão segregadas em dois grupos: Aplicações Financeiras – Recursos Próprios com saldo no valor de R\$ 14.977.871,72 (quatorze milhões, novecentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e um reais e setenta e dois centavos), estão distribuídas em aplicações BB CDB DI SWAP, BB CDB DI, BB Curto Prazo 50 mil, BB RF LP CORP 10 milhões, e Aplicações Financeira – Recursos de Convênios com saldo no valor de R\$ 247.193,44 (duzentos e quarenta e sete mil, centos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos).



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**3.2 DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS A RECEBER**

Crédito registrado correspondente a Lei 8315 – Dotação Orçamentária a Receber do INSS do mês de dezembro de 2012, no valor de R\$ 1.660.404,75 (um milhão, seiscentos e sessenta mil, quatrocentos e quatro reais e setenta e cinco centavos).

**3.3 DEVEDORES DIVERSOS**

Correspondem aos valores a receber de contrapartidas de convênios, no montante de R\$ 11.305,20 (onze mil, trezentos e cinco reais e vinte centavos).

**3.4 ALMOXARIFADO**

Representa os materiais destinados ao consumo e à manutenção das atividades operacionais, avaliados pelo custo de aquisição.

<b>Demonstrativo do Saldo do Almojarifado em 31.12.2012</b>	
Material de Consumo/Expediente/Limpeza	189.650,42
Material de Informática	442,26
<b>TOTAL EM R\$</b>	<b>190.092,68</b>

**3.5 ATIVO IMOBILIZADO**

Os bens do Imobilizado em uso depreciado e amortizado no valor de R\$ 885.088,44 (oitocentos e oitenta e cinco mil, oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), está demonstrado ao custo de aquisição, a depreciação e amortização foram calculadas pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens como segue:



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL

Demonstrativo das Contas do Ativo Imobilizado em 31.12.2012 Em R\$					
Código	Contas	Valor da Conta	Acumulado Depreciação Amortização	Saldo Depreciado Amortizado	Taxa Anual Depreciação Amortização
<b>1.2.3</b>	<b>Imobilizado</b>	<b>1.982.294,03</b>	<b>1.097.205,59</b>	<b>885.088,44</b>	
<b>1.2.3.01.01</b>	<b>Bens Móveis</b>	<b>1.088.685,06</b>	<b>664.255,69</b>	<b>424.429,37</b>	
1.2.3.01.01.001	Equipamentos Maq. e Aparelhos em Geral	319.146,34	248.368,90	70.777,44	20%
1.2.3.01.01.002	Veículos	267.060,00	145.312,01	121.747,99	20%
1.2.3.01.01.003	Mobiliário em Geral e Material de Copa	307.390,49	101.856,76	205.533,64	10%
1.2.3.01.01.005	Equipamentos de Comunicação	12.490,40	2.091,95	10.398,45	10%
1.2.3.01.01.006	Maq. Aparelhos e Utensílios de Escritório	5.463,22	4.369,14	1.094,08	10%
1.2.3.01.01.008	Outros Equipamentos e Mat. Permanente	29.770,37	18.026,89	11.743,48	10%
1.2.3.01.01.009	Programas de Informática	147.364,24	144.230,04	3.134,20	20%
<b>1.3.2.02.01</b>	<b>Bens Imóveis</b>	<b>893.608,97</b>	<b>432.949,90</b>	<b>460.659,97</b>	
1.3.2.02.01.001	Terrenos	111.944,56	0,00	111.944,56	0%
1.3.2.02.01.002	Prédios	506.614,42	337.888,84	168.725,58	4%
1.3.2.02.01.004	Instalações e Adaptações	275.049,99	95.061,06	179.988,93	10%

### 3.6 SEGUROS CONTRATADOS

Os seguros contratados para o ano de 2012 foram para cobertura de veículos como segue:

VEÍCULOS	SEGURADORA	R\$
DOBLO	Itaú Seguro de Auto e Residências S/A	1.920,67
S-10 RODEIO	HDI Seguros S/A	3.860,71
PUMA	Sul America Cia Nac.Seguros	1.750,28
S-10 EXECUTIVE	Itaú Seguro de Auto e Residências S/A	3.547,18
<b>TOTAL</b>		<b>11.078,84</b>



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**3.7 RECONHECIMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS**

As receitas e as despesas são apuradas segundo o regime de competência, e fundadas em documentos hábeis, legais e usuais, em atenção às necessidades e às atividades da entidade, de conformidade com as exigências fiscais, trabalhistas e outras obrigações sociais. As receitas e despesas foram aplicadas nas atividades próprias da entidade e segundo suas finalidades institucionais e a legislação pertinente.

**3.8 PATRIMÔNIO SOCIAL**

O Patrimônio Social Líquido, apresentado em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 17.310.719,73 (dezesete milhões, trezentos e dez mil, setecentos e dezenove reais e setenta e três centavos), corresponde ao patrimônio social inicial acrescido/diminuído dos valores apurados com superávits/déficits acumulados dos exercícios, e com as doações.

**3.9 DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

O SENAR AR/MS, apurou em 31 de dezembro de 2012 um superávit no valor de R\$ 5.165.148,66 (cinco milhões, centos e sessenta e cinco mil, centos e quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos).

**3.10 DO ORÇAMENTO ANUAL DO SENAR AR/MS**

O Orçamento para o Exercício de 2012 do SENAR AR/MS, foi aprovado pelo Conselho Fiscal e submetido à apreciação e votação da Assembléia Geral, com as Receitas Estimadas em R\$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais) e Despesas Fixadas em R\$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais) aprovadas. As receitas de 2012 foram realizadas no montante de R\$ 17.633.023,63 (dezesete milhões, seiscentos e trinta e três mil, vinte e três reais e sessenta e três centavos) e as despesas de 2012 foram realizadas no montante de R\$ 12.467.874,97 (doze milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos).



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**3.11 DOS RECURSOS E DESPESAS DE CONVÊNIOS E TERMOS DE PARCERIAS**

Os recebimentos e despesas de Convênios são contabilizados em conta própria no Grupo de Projetos e Convênios no Passivo Circulante.

NOMES	VR. RECEBIDO	VR.REALIZADO	SALDO 31/12/2012
CONV. 2ª VARA PENAL P.VIDA	25.074,80	25.074,80	0,00
PROGRAMA MAIS LEITE	161.234,79	161.234,79	0,00
INFROAGRO	157.447,84	157.447,84	0,00
TRANSFORMANDO HERDEIROS EM SÓCIOS	40.027,12	40.027,12	0,00
PRONATEC/FNDE/MEC	356.988,12	300.098,31	56.889,81
PROGRAMA MAIS INOVAÇÃO	309.175,09	117.742,01	191.433,08
SEMINÁRIO AGRICULTURA DE PRECISÃO	28.550,00	28.550,00	0,00
<b>TOTAL</b>			<b>248.322,89</b>

**3.12 CONTINGENCIAS PASSIVAS**

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR-AR/MS– apesar das Normas Brasileira de Contabilidade, das interpretações e comunicados técnica vigentes, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações, determinarem a provisão e o lançamento das contingências passivas, não procedeu os lançamentos em função da assessoria jurídica e financeira ter entendido não haver nenhuma ação e/ou litígio nas esfera Civil, Federal, Trabalhista e Fiscal que possa impactar no Fluxo de Caixa da entidade.



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**4 NOTA 14 - AJUSTES POR MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as demonstrações contábeis estão apresentadas e foram ajustadas e estão sendo reapresentadas conforme previsto na legislação, normas e interpretações técnicas vigentes, as Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Campo Grande, MS – 31 de dezembro de 2012.

  
EDUARDO CORRÊA RIEDEL  
PRESIDENTE SENAR-AR/MS  
CPF 008.984.647-81

  
CLODOALDO M. DE OLIVEIRA JÚNIOR  
SUPERINTENDENTE SENAR-AR/MS  
CPF 215.613.948-23

  
RITA MARIA GUIMARÃES DIB  
CRC 008148/O-9 – MS  
CPF 286.317.731-15